

GEOPARQUES MUNDIAIS DA UNESCO NO BRASIL: NOVAS FORMAS DE GESTÃO INTEGRADA DOS TERRITÓRIOS

José Gustavo Santos da Silva

Universidade do Extremo Sul Catarinense,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais,
Criciúma, SC, Brasil
gustasantos92@gmail.com

Ricardo Eustáquio Fonseca Filho

Universidade Federal do Delta do Parnaíba,
Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Parnaíba, PI, Brasil
ricardo.fonseca@ufdpar.edu.br

Marcos Antônio Leite do Nascimento

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós-Graduações em Geodinâmica e Geofísica e em Turismo, Natal, RN, Brasil.
marcos.leite@ufrn.br

Juliano Bitencourt Campos

Universidade do Extremo Sul Catarinense,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Instituto Terra e Memória, Criciúma, SC, Brasil
Universidade de Coimbra, Centro de Geociências, Portugal
jbi@unesc.net

Nilzo Ivo Ladwig

Universidade Federal de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Geografia Florianópolis, SC, Brasil
ladwignilzo11@gmail.com

Álvaro José Back

Universidade do Extremo Sul Catarinense,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, SC, Brasil
ajb@unesc.net

RESUMO

Geoparques podem ser considerados “novas” formas de Gestão Integrada do Território (GIT) e foram estabelecidos no Brasil a partir de 2006. Estes territórios têm como papel fundamental a proteção do patrimônio geológico, aliada à sustentabilidade do ambiente em que estão inseridos. Desta maneira, necessitam de uma forma de gestão compartilhada que atenda a todos os objetivos estabelecidos pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que certifica um território enquanto Geoparque Mundial. No Brasil há cinco Geoparques chancelados, os quais apresentam formas de gestão diferentes entre eles, porém, com algumas semelhanças. O objetivo deste texto é analisar o conceito de geoparque estabelecido no Brasil e suas formas de gestão territorial com base na teoria da GIT. Para alcançar tais objetivos recorre-se aos métodos de pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos quais foi realizado um levantamento documental com base nos dossiês de aplicação dos Geoparques junto à UNESCO. A pesquisa apontou que embora haja uma variedade de formas de gestão apontadas a nível mundial, no Brasil destaca-se uma aproximação com o modelo de Consórcios Públicos Intermunicipais. Há também em comum entre estes territórios no Brasil a consolidação de organismos de organização geral (assembleia geral ou conselhos administrativos) e uma equipe técnica atuando nestes territórios.

Palavras-chave: Planejamento territorial. Geoconservação. *Bottom-up*.

UNESCO GLOBAL GEOPARKS IN BRAZIL: NEW FORMS TO MANAGING INTEGRATED TERRITORIES

ABSTRACT

Geoparks can be considered "new" forms of Integrated Territory Management (ITM) and have been established in Brazil since 2006. The fundamental role of these territories is to protect the geological heritage, combined with the sustainability of the environment in which they are located. They therefore need a form of shared management that meets all the objectives set by United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) International Geosciences and Geoparks Program, which certifies a territory as a Global Geopark. There are five certified Geoparks in Brazil, which have different forms of management, but some similarities. The aim of this text is to analyze the concept of geopark established in Brazil and its forms of territorial management based on GIT theory. To achieve these objectives, bibliographical and documentary research methods were used. A documentary survey was carried out based on the application dossiers for Geoparks with UNESCO. The research showed that although there are a variety of forms of management worldwide, Brazil is closer to the Intermunicipal Public Consortia model. There is also common ground among these territories in Brazil in the consolidation of general organizational bodies (general assembly or administrative councils) and a technical team working in these territories.

Keywords: Territorial planning. Geoconservation. Bottom-up.

INTRODUÇÃO

O papel principal de um geoparque, em sua concepção histórica, é de promover a geoconservação em locais de interesse geológico - os chamados geossítios -, aliados a uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (EDER, 1999; BRILHA, 2012; HENRIQUES; BRILHA, 2017; CROFTS et al., 2022). Todavia, para além disso, os trabalhos desenvolvidos em territórios de Geoparques ampliaram a concepção inicial de promover a geoconservação. Outros itens entraram nas pautas destes territórios, como sua indispensável relação com a população local e o desenvolvimento regional, utilizando-se principalmente da educação e do turismo para a promoção e conservação do geopatrimônio (ROSADO-GONZÁLES; PALACIO-PIETRO; SÁ, 2019). Para Fleig, Nascimento e Valdati (2022, p. 2), uma concepção atual de geoparques "compreende a conservação do patrimônio, o crescimento econômico sustentável e o envolvimento da comunidade".

Geoparques podem ser considerados "novas" formas de Gestão Integrada do Território (GIT) uma vez que buscam a contemplação e conservação da natureza, o planejamento e uso da terra e o desenvolvimento local das comunidades (HENRIQUES; BRILHA, 2017). Os autores destacam ainda que sua criação e gestão está fortemente ligada ao eixo global-local pois apresentam projetos de níveis locais com importância e alcance global (principalmente a partir das chancelas), buscando demonstrar como a mudança sustentável vem de baixo para cima (da sociedade para os governantes), destacando a forma de gestão empregada nestes territórios denominada de *bottom-up*.

Carvalho (2013) ressalta que um dos principais argumentos para o estabelecimento de Geoparques é sua capacidade para a promoção do desenvolvimento sustentável, que se daria por meio de um princípio holístico de desenvolvimento territorial abarcado inicialmente, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016), em 10 áreas-foco¹. Estas áreas foram atualizadas nos últimos documentos divulgados pela Rede de Geoparques Mundiais (*Global Geoparks Network - GGN*, 2021), reorganizando seus nomes e adicionando mais seis áreas, totalizando atualmente a atuação de Geoparques em 16 áreas².

¹ Recursos naturais, Riscos geológicos, Alterações Climáticas, Educação, Ciência, Cultura, Mulheres, Desenvolvimento sustentável, Conhecimento local e indígena e Geoconservação.

² Conservação do Patrimônio Geológico, Compreensão das Mudanças Climáticas, Proteção da Biodiversidade, Turismo sustentável, Valorização do Patrimônio Cultural, Atividades de Capacitação, Empoderar Mulheres, Conhecimento local e indígena, Redução de Risco de Perigo Geológico, Uso Inteligente dos Recursos Naturais, Caminhos de Geografia

Martini et al. (2022, p. 29) destacam que estes territórios são “construídos com pessoas e para pessoas”, fazendo da população local parte significativa e indispensável do território de um Geoparque. Neste sentido, tem-se claro que os Geoparques se tornaram mais do que locais para salvaguardar os elementos da geodiversidade³. Segundo Fleig, Nascimento e Valdati (2022), os Geoparques representam formas contemporâneas de proteção da natureza, se utilizando da organização do território e das comunidades locais.

A pesquisa justifica-se no âmbito dos territórios de Geoparques Mundiais da UNESCO por estes serem considerados “novas” formas de gestão territorial, surgindo no começo dos anos 2000, principalmente na Europa e na Ásia, e depois exportado a outros continentes. Atualmente, o Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO reconhece em solo brasileiro cinco territórios chancelados, sendo o precursor o Araripe Geoparque Mundial da UNESCO (ou simplesmente Geoparque Araripe), chancelado em 2006, ainda pela então Rede de Geoparques Mundiais com apoio da UNESCO e ratificado enquanto geoparque em 2015, quando da criação do novo programa da UNESCO; e os Geoparques Mundiais da UNESCO: Seridó e Caminhos dos Cânions do Sul, que receberam a chancela em 2022; e mais recentemente, em 2023, a chancela de mais dois Geoparques, o Caçapava e o Quarta Colônia, ambos localizados no estado do Rio Grande do Sul (RS). Em setembro de 2023, durante a 10ª Conferência Internacional de Geoparques Mundiais da UNESCO, ocorrida em Marrocos, foi aprovado pelo Conselho de Geoparques Mundiais o Geoparque Mundial da UNESCO Uberaba, em Minas Gerais (MG), que aguarda homologação em abril/maio de 2024 na Conferência Geral da UNESCO.

A partir das novas chancelas de 2022, estes territórios vêm se demonstrando como potenciais formas de gestão territorial compartilhada, uma vez que usam a metodologia *bottom-up* (de baixo para cima) para a tomada de decisões e estão embasados em quatro pilares de aplicabilidade, quais sejam: patrimônio geológico de valor internacional, gestão, visibilidade e trabalho em rede (NASCIMENTO et al., 2022a).

Segundo Garcia et al. (2022), para se alcançar uma gestão eficaz da geodiversidade e do geopatrimônio nestes territórios, necessita-se de abordagens integrativas e multidisciplinares que contemplem diferentes esferas de atuação.

Destarte, este texto tem como objetivo analisar paradigmas a respeito do conceito de geoparque estabelecido no Brasil e suas formas de gestão territorial a partir das novas chancelas concedidas a territórios no país.

METODOLOGIA

Em um sentido mais amplo, o método de pesquisa é a ordem que se deve impor aos diferentes processos que serão fundamentais para atingir um certo fim ou resultado. Pode-se entender, dentro da ciência, um método como um conjunto de processos que são incorporados na investigação de uma problemática (CERVO; BERVIAN, 2002). Para Lakatos e Marconi (2001), um método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permitem alcançar os objetivos propostos, permitindo assim, concomitantemente, a produção de conhecimentos válidos.

A metodologia utilizada neste texto se baseia em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi feita a partir de fontes já constituídas e analisadas, como livros ou artigos científicos (GIL, 2017). Já segundo Marconi (2021), a pesquisa documental tem como fonte a busca documentos, escritos ou não, que se constituem em fontes primárias, podendo ser contemporâneas ou retrospectivas.

A partir da pesquisa bibliográfica se buscou traçar um histórico completo da implementação da Rede de Geoparques no Brasil, discutindo as definições deste conceito e sua relação com as ideias de uma gestão integrada do território.

Educação para a Sustentabilidade, Ciência e Pesquisa, Emprego, Desenvolvimento sustentável, Rede e Monitoramento e avaliação

³ Os elementos da geodiversidade são componentes não vivos da natureza, nomeadamente minerais, rochas, fósseis, solos, formas de relevo e suas paisagens, e processos geológicos/geomorfológicos ativos. Esses elementos de geodiversidade constituem a superfície da Terra, formando diferentes padrões de geodiversidade (HENRIQUES; BRILHA, 2017, p. 349).

Para a pesquisa documental, segue-se as recomendações de Marconi (2021), que enfatiza que se deve definir as fontes de pesquisa com base nos objetivos do trabalho. Tomando por pressuposto esta afirmação e com base no objetivo central do texto, foi realizado um levantamento documental (fonte primária contemporânea) com base nos dossiês de aplicação dos Geoparques junto à UNESCO (GCCS, 2019a; GS, 2019; GQC, 2021 e GC, 2021; FIGUEIRÓ et al., 2022) planos estratégicos (GMUA, 2019; GCCS, 2019b) e outros documentos públicos encontrados nos *sites* dos cinco Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil. Os documentos foram obtidos a partir dos endereços eletrônicos dos respectivos Geoparques.

A escolha das áreas para comparações teve por critério serem Geoparques cancelados oficialmente pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO. A análise baseia-se em uma comparação entre as formas de gestão territorial e a governança aplicadas em Geoparques com a teoria da Gestão Integrada de Territórios (GTI). Os procedimentos adotados na análise buscaram compreender e comparar as formas de gestão que estão sendo implementadas, sua estruturação e características de cada território.

REFERENCIAL TEÓRICO

Geoparques: O que estes territórios são (e não são)?

As ideias que permeiam o conceito de Geoparques foram introduzidas no final dos anos 1980, na Europa, com o estabelecimento do Geoparque Distrital de *Gerolstein* (Alemanha) (HENRIQUES; BRILHA, 2017; NASCIMENTO et al., 2022a). Historicamente, as primeiras ideias para o estabelecimento de uma Rede de Geoparques surgem em 1996, a partir das discussões realizadas pelos geólogos Guy Martini e Nicolas Zouros durante o simpósio sobre a proteção do patrimônio geológico realizado no 30º Congresso Geológico Internacional, em Pequim. A ideia se baseava na fundação de uma rede para proteção e promoção do patrimônio geológico (ZOUROS, 2004; MC KEEVER; ZOUROS, 2005).

Estas ideias de proteção do patrimônio geológico e geomorfológico excepcional relacionadas ao desenvolvimento local sustentável vêm sendo estabelecidas desde 1991, no 1º Simpósio Internacional de Conservação do Patrimônio Geológico de *Digne-Les-Bains* (França), evento este em que se confeccionou a “Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra”. Em 1996, segundo Zouros (2004), se constituiu de fato um esforço de se estabelecer uma rede de territórios (Geoparques) que pudessem ter como base de fundação a proteção do patrimônio geológico e geomorfológico ou, de forma mais ampla, a proteção do meio abiótico, uma vez que estes locais estavam sendo afetados de forma negativa em sua conservação, principalmente por meio de práticas turísticas (ZOUROS, 2004; JONES, 2008; BRIGGS; NEWSOME; DOWLING, 2022).

A ideia de proteção do meio abiótico é fundamental para entender a ideia da geoconservação e dos Geoparques, uma vez que o interesse e a salvaguarda de sítios de interesse geológico e geomorfológico são menos desenvolvidos em detrimento da conservação biológica. Assim, a ideia de proteger a fração abiótica (geodiversidade) torna-se fundamental no estabelecimento da ideia de Geoparques, apesar desta ter sido protegida indiretamente a partir das iniciativas de proteção do meio biótico como a maioria das Áreas Protegidas, tais como Reservas da Biosfera e Unidades de Conservação, ainda assim, a proteção do meio abiótico se deu de forma mais lenta e gradual quando comparado ao seu par (JONES, 2008; ROCHA; FERREIRA; FIGUEIREDO, 2017).

É importante ressaltar que a partir de 1971, com o estabelecimento do Programa Homem e a Biosfera (*Man and the Biosphere*) pela UNESCO, estabeleceu-se bases científicas para o progresso das relações entre as pessoas e seu ambiente. Apesar disso, este programa é essencialmente voltado a atender as demandas de conservação da biodiversidade, haja vista que tem nas Reservas da Biosfera sua área protegida (HENRIQUE; BRILHA, 2017; NASCIMENTO et al., 2022a). Em 1972 a UNESCO adotou a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (*Convention on the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*) com o objetivo de aceitar indicações de bens de valor cultural ou natural, estes que deveriam apresentar um “Valor Universal Excepcional” (VUE) e poderiam ser indicados pelos países membros.

Em 1997, a partir da 29ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, aprova-se a decisão de se estabelecer medidas para promover uma Rede Mundial de Geossítios, em que estes deveriam possuir características geológicas excepcionais. Dois anos mais tarde, em 1999, a Divisão de Ciências da Terra

apresenta a proposta: “Programa de Geoparques da UNESCO, uma nova iniciativa para promover uma rede mundial de Geoparques protegendo e desenvolvendo áreas selecionadas com características geológicas significativas” (UNESCO, 1999 *apud* HENRIQUES; BRILHA, 2017).

Henriques e Brilha (2017) destacam ainda que houve uma alteração entre os termos utilizados, sendo que na primeira proposta se estabelecia uma “Rede Mundial de Geossítios”, e agora se visa estabelecer uma “Rede de Geoparques”. Esta mudança vem na esteira do descontentamento de setores da comunidade de Ciências da Terra a partir dos critérios estabelecidos para a designação de patrimônios mundiais com VUE e com a falta de reconhecimento internacional dos geossítios, tendo por base as discussões e conclusões já proferidas na Carta da Memória da Terra.

A efetividade dos Geoparques como conhecemos atualmente se desenvolve na esteira destes programas apresentados, especialmente a partir dos anos 2000, com a cooperação entre um programa da União Europeia (UE) denominado de *LEADER+*, que tinha por objetivo o desenvolvimento e cooperação de zonas rurais e a UNESCO, este programa possibilitou a criação da Rede Europeia de Geoparques (*European Geoparks Network* - EGN), estabelecida nos anos 2000 a partir de uma convenção realizada na ilha de Lesbos (Grécia), unindo quatro territórios com um patrimônio geológico excepcional, são eles: *Réserve Géologique de Haute Provence* (França), *Petrified Forest of Lesvos* (Grécia), *Gerolstein/Vulkaneifel* (Alemanha) e *Maestrazgo* (Espanha) (ZOUROS, 2004; ROCHA; FERREIRA; FIGUEIREDO, 2017).

Desde então, se tem trabalhado pela formulação de uma rede internacional de Geoparques, sendo este projeto consolidado a partir de 2001, com a criação da EGN, e posteriormente em 2004, com a concepção da Rede de Geoparques Mundiais (*Global Geoparks Network* - GGN), a partir da Declaração de Madonie (HERRERA-FRANCO et al., 2021).

Mais especificamente, a GGN foi criada em 13 de fevereiro de 2004, em reunião realizada na sede da UNESCO, em Paris. Estavam presentes na reunião os membros do Conselho Científico do Programa Internacional de Geociências (*International Geoscience Program* - IGCP), representantes da União Geográfica Internacional (*International Geographical Union* - IGU) e da União Internacional das Ciências Geológicas (*International Union of Geological Sciences* - IUGS), além de outros participantes, como especialistas internacionais sobre a conservação e promoção do patrimônio geológico. Na reunião, além de outros provimentos que foram deliberados, decidiu-se incluir 17 Geoparques na Europa e oito na China como integrantes da GGN (ZOUROS, 2004).

A "Primeira Conferência Internacional sobre Geoparques" seria realizada posteriormente, na cidade de Pequim (China), em 2004, com objetivo de promover o estabelecimento de uma rede mundial de Geoparques nacionais na China, contando com as contribuições da comunidade internacional governamental e não governamental (ZOUROS, 2004). A GGN é a entidade comparte da UNESCO para a operação dos Geoparques Mundiais da UNESCO, que se organiza sobre a legislação francesa na forma de uma associação sem fins lucrativos. Todos os Geoparques Mundiais da UNESCO que estão sobre essa chancela necessitam obrigatoriamente se associar à GGN, contribuindo com uma taxa anual (ZOUROS; 2016; NASCIMENTO et al., 2022a).

Segundo Zouros et al. (2015), a GGN visa representar, promover e disseminar o conhecimento e a gestão da geodiversidade em Geoparques mundiais, gestão que estaria baseada em três pilares: a geoconservação, geoturismo e a educação em geociências. A principal ideia desta associação é a colaboração das experiências em cada um dos territórios, e uma vez que estes Geoparques se apresentam espalhados pelo Mundo, é o trabalho em rede que forma uma das bases atuais destes territórios.

Para além da GGN, outras redes regionais foram estabelecidas no mundo. Atualmente a GGN considera como seus “braços” quatro redes regionais; a mais antiga, fundada em 2004, EGN (*European Geoparks Network*), APGN (*Asia Pacific Geoparks Network*), GeoLAC (*Latin America and the Caribbean Geoparks Network*) e a AUGGN (*African UNESCO Global Geoparks Network*)⁴. Outra rede organizada de forma independente, mas que mantém relações com a GGN, é a rede de Geoparques

⁴ Questão interessante a ser apontada sobre a rede Africana de Geoparques é que esta foi fundada pela Associação Africana de Mulheres em Geociências. A rede africana de Geoparques é composta atualmente apenas por dois membros, sendo o *M’Goum* UGGp no Marrocos e o *Ngorongoro Lengai* UGG’p na Tanzânia (GRAY; CROFTS, 2022).

do Canadá (*Canadian Geoparks Network*), sendo o Canadá é o único país da América do Norte⁵ a possuir tais territórios.

Embora a Rede de Geoparques seja constituída desde 2004, foi somente em 17 de novembro de 2015 que a UNESCO a ratificou, durante sua 38ª Conferência Geral o Programa Internacional de Geociências e Geoparques (*International Geoscience and Geoparks Program - IGGP*), endossando naquele momento 120 territórios como Geoparques Mundiais da UNESCO (*UNESCO Global Geoparks – UGGp*) (UNESCO, 2015; ZOUROS; 2016).

Com o passar de oito anos desde a ratificação e criação do IGGP pela UNESCO, concomitante com os esforços da comunidade internacional, diversos territórios buscaram apresentar candidaturas a *status* de Geoparque Mundial, um processo demorado e que exige dos gestores locais uma busca a adaptação dos critérios estabelecidos pela UNESCO. Desde 2015 mais 75 territórios foram chancelados como UGGp's. Atualmente, no mundo, são reconhecidos pelas IGGP e GGN 195 Geoparques em 48 países (GGN, 2023), estes dispostos por todo o planeta, com maior concentração nos continentes europeu e asiático.

Mas, afinal, o que são Geoparques? Antes de conceituar-se aqui a definição oficial da UNESCO sobre Geoparques e as diversas formas de se referir a este território segundo o cunhado na literatura até o momento, se faz oportuno elencar primeiro o que um Geoparque não é. Como nos recorda Henriques e Brilha (2017), apesar deste conceito estar no meio científico desde os anos 1990, ele ainda suscita equívocos comuns, principalmente para aqueles que estão iniciando no assunto.

Esta distinção se faz necessária uma vez que a junção dos termos “Geo” e “Parque” acaba levando a confusão, sendo o termo ainda desconhecido mesmo entre os geocientistas (BOGGIANI, 2010). O termo Geoparque é um conceito utilizado de forma mundial pela UNESCO, porém não há o impedimento legal da utilização do nome por terceiros; no Brasil, foi inicialmente utilizado para designação de sítios com amplo interesse geológico e paleontológico (ONARY-ALVES et al., 2015).

O conceito de Geoparque, no entendimento de estudiosos da área e da própria UNESCO, apresenta maior amplitude. Ou seja, um Geoparque não é exclusivamente um local de interesse geológico, mas se utiliza deste pressuposto para sua implementação, e deste modo um território de Geoparque deve possuir locais ou geossítios de grande relevância geológica, o que inclusive se torna uma das bases de um geoparque (BRILHA, 2012; NASCIMENTO; GOMES; SOARES, 2015).

Uma distinção importante a se fazer a nível nacional é que um Geoparque não é um Parque Nacional e não integra nenhuma categoria de Unidades de Conservação (UCs), conforme a legislação nacional (Brasil, 2000), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) e não apresenta nenhuma restrição aos diversos usos em seu território (BOGGIANI, 2010). Esta ausência de suporte legal perante a legislação brasileira é, segundo Brilha (2012), um ponto positivo destes territórios, oferecendo mais liberdade aos gestores para a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável com as populações locais. Boggiani (2010, p. 2) complementa que:

Ao enquadrar o conceito de geoparque em uma lei iríamos justamente no sentido contrário do que se pretende para os geoparques. Ao enquadrar o conceito em uma lei específica, ou com uma alteração do SNUC, iríamos engessar o processo e tirar o caráter inovador e dinâmico que ele apresenta e o que o torna diferente de outras modalidades de conservação.

Outro ponto de dissonância de um Geoparque para com UCs é que estes territórios não estão apenas dedicados a promover a conservação do patrimônio geológico, mas tornam-se mais abrangentes, abarcando atividades ligadas a educação, cultura, ambiente e turismo. Ainda para Brilha (2012, p. 32), “um geoparque procura estabelecer essas ligações de forma a promover uma identidade única do território, representada pelos seus aspectos naturais (geológicos, fauna e flora) e culturais”.

Portanto, um Geoparque **não é**:

Um Parque geológico ou parques mineiros;

⁵ O México possui dois Geoparques Mundiais da UNESCO, estes, apesar de geograficamente estarem localizados na América do Norte, mantêm seus territórios de Geoparques inseridos como integrantes da Rede GeoLAC.

Não são parques temáticos, nem empreendimentos turísticos como parques de diversão;

Uma lista de monumentos, ou seja, não vale só fazer o inventário do geopatrimônio e querer ser geoparque;

Diversas áreas isoladas, ou seja, o território deve ter continuidade e identidade (identificação com a população);

Uma nova categoria de unidade de conservação ou área de proteção ambiental (NASCIMENTO, 2023, Slide 3).

Deste modo, esclarecido o que estes territórios não são, permearemos as definições deste conceito de Geoparque estabelecidas pela UNESCO (e outros autores). Segundo a instituição (UNESCO, 2023):

Os Geoparques Mundiais da UNESCO (UGGp) são áreas geográficas únicas e unificadas onde locais e paisagens de importância geológica internacional são geridos com um conceito holístico⁶ de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. A sua abordagem ascendente de combinar a conservação com o desenvolvimento sustentável, envolvendo simultaneamente as comunidades locais, está a tornar-se cada vez mais popular.

Ainda segundo a instituição, (UNESCO, 2016, p. 9) “um Geoparque Mundial da UNESCO não é um museu, é um laboratório ativo onde as pessoas podem se envolver com a ciência desde o mais alto nível de pesquisa acadêmica até o nível do visitante curioso”. Para Nascimento et al. (2022a), um Geoparque parte de um território definido e integrado, sendo este espaço ligado geográfica e politicamente, de relações humanas, interagindo com a geodiversidade.

Para Rosado-Gonzalez, Palacio-Pietro e Sá (2019, p. 110) os Geoparques são “os territórios mais recentes e inovadores que promovem o desenvolvimento sustentável em uma perspectiva holística, considerando educação, desenvolvimento local, pesquisa científica, proteção e promoção do patrimônio natural e cultural”. Eder (1999) contribui com o olhar de que os Geoparques são territórios onde o patrimônio geológico da Terra é salvaguardado e gerido de forma sustentável. “Trata-se de religar, em todos os sentidos, a sociedade humana à Terra e de celebrar as formas como o planeta e sua longa história de 4,6 bilhões de anos têm moldado cada aspecto de nossas vidas e de nossas sociedades” (UNESCO, 2023).

É importante frisar que um geoparque não é constituído apenas de patrimônio geológico, mas envolve uma nuance de territórios e populações que ali vivem. Os Geoparques são também incentivados a buscar parcerias com instituições acadêmicas para alavancar pesquisas científicas nestes territórios, auxiliando assim na compreensão deste espaço, seja em termos geológicos, seja em aspectos biológicos, arqueológicos, culturais, históricos, geográficos, entre outros. Desta forma, para Brilha (2012, p. 32) “um geoparque é, assim, uma estratégia de desenvolvimento territorial multidisciplinar baseada num pressuposto base: ocorrência de patrimônio geológico de grande relevância que constitui a matriz para essa mesma estratégia”.

Desta forma, todos os territórios de Geoparques chancelados atualmente devem atender a estas características para ingressar (e se manter salvaguardados). Também os territórios aspirantes a Geoparques Mundiais da UNESCO devem alinhar suas ações com base nesses aspectos para efetuar seu reconhecimento perante a UNESCO, de maneira que todos esses componentes estejam alinhados e em harmonia para contribuir com o desenvolvimento sustentável nos locais que apresentam tais iniciativas (COSTA, 2021). Nesse sentido, o conceito de geoparque é abrangente e visa interligar diversas áreas (cultura, natureza, educação, turismo, geologia, história, dentre outras) com intuito de desenvolvimento sustentável.

⁶ O conceito Holístico de proteção refere-se à proteção compartilhada do ambiente uma vez que entende este como algo unificado. Segundo Abreu (2013 p. 3), “o holismo refere-se à percepção ou conhecimento que integra partes ou componentes em um todo abrangente e compreensivo, a partir da constatação de que há uma integração entre eles e não apenas uma mera justaposição dos componentes de um todo”.

A Gestão Integrada dos Territórios de Geoparques no Brasil

Planejar e gerir um território é uma tarefa complexa que requer uma equipe multidisciplinar para cumprir todas as etapas de determinado trabalho. A gestão é um dos quatro pilares fundamentais de qualquer Geoparque Mundial da UNESCO, sendo esta essencial para seu desenvolvimento, uma vez que é a partir da estruturação de um grupo de trabalho interdisciplinar que um futuro Geoparque começa a ser formado, desde a inventariação do geopatrimônio até a submissão da proposta para a UNESCO.

Manzoni Neto (2007) cita que o planejamento territorial tem sido usado como instrumento de ampliação de uma ordem alicerçada na desigualdade espacial do território, este que historicamente não foi planejado para todos e não leva em consideração todos os agentes que compõem o espaço geográfico em questão. A ideia de gestão de Geoparques vem ao encontro do argumento acima pois pretende ser concretizada de baixo para cima, considerando os agentes que compõem o território. Um Geoparque não é uma instituição governamental com tomada de decisão ou possibilidade de criação de normas públicas, mas busca ser representado pela comunidade envolvida com seus objetivos e a partir dos seus gestores buscar articulação com as instâncias governamentais e privadas. Compreende-se, portanto, que Geoparques são “novas formas de gestão territorial”, estas utilizadas amplamente na Europa e Ásia, porém recentes no Brasil, tendo efetivo crescimento a partir de 2022 e 2023 com as novas chancelas no território nacional pela UNESCO.

Como lembram Briggs, Newsome e Dowling (2022), a governança é essencial no estabelecimento e gestão de Geoparques e é um requisito do Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO para que este status global seja alcançado. A governança pode ser entendida como o processo de tomada e implementação (ou não) de decisões que irão gerar políticas para um território a partir das interações entre as estruturas envolvidas (BORRINI-FEYERABEND, 2013; SHENG, 2021).

A governança de um Geoparque está estruturada em um conceito relativo e empregado na geografia, o território, este que pressupõe poder/dominação de um espaço geográfico, tendo suas nuances em uma dominação que se desdobra entre o político/econômico e o simbólico/cultural (HAESBART, 2004; 2007). Para Souza (2006), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Ainda para o autor (2019, p. 38), “o conceito de território, de toda sorte, é basicamente socioespacial: ou seja, ele nos remete, fundamentalmente, àquela dimensão do espaço geográfico que é o espaço social, que corresponde ao espaço geográfico material e imaterialmente produzido pela sociedade”.

Neste sentido, Haesbaert (2007) nos traz ainda que o território está imbricado em um espaço-vivido, sendo este sempre múltiplo, diverso e complexo. Estas concepções vêm ao encontro da noção de território estabelecido neste trabalho, em que um território é múltiplo e (re)produzido por aqueles que o vivem.

Este conceito de território está atenuado à lógica do estabelecimento de territórios de Geoparques em todo o mundo, concepção esta em que os atores sociais (*stakeholders*) devem fazer parte da (re)produção deste território, interagindo, assim, com os preceitos básicos de um Geoparque, uma vez que é a partir da apropriação do espaço vivido que a comunidade local pode perceber e proteger o patrimônio dos Geoparques, o geopatrimônio. Desta maneira, é importante que estas comunidades entendam os benefícios da geoconservação para a sustentabilidade de seus partícipes, seja ela econômica, social e/ou ambiental.

Para este entendimento se concretizar nestes novos territórios é necessário que a gestão empregada seja alicerçada não em uma lógica funcional ou linear de gestão territorial, mas sim em uma vertente mais abrangente, que inclua os participantes deste jogo. Neste sentido surge a Gestão Integrada de Territórios (GIT) (ANASTÁCIO; OOSTERBEEK; ROSINA, 2015). Oosterbeek (2012) debate inicialmente a GIT como uma proposta crítica em relação às orientações de desenvolvimento territorial geralmente empregados, em que se preconiza o desenvolvimento econômico. Para Souza (2014), a dimensão econômica tem sido privilegiada no debate e nas decisões políticas sobre organização e gestão do território em detrimento das garantias sociais (e ambientais).

Este trabalho compartilha do entendimento de Souza (2014, p. 21) de que as “dinâmicas econômicas são complementadas por dinâmicas sociais e condicionadas pelo ambiente”. Quando se condiciona tal afirmativa ao conceito e realidades de Geoparques em consideração ao seu desenvolvimento territorial, o crescimento econômico local está estreitamente associado ao ambiente, mais especificamente às características geológicas do ambiente, e condicionado às dinâmicas sociais locais, uma vez que sem pessoas engajadas no projeto não há desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento econômico é consequência lógica do aproveitamento das condições do ambiente pela sociedade, assumindo princípios sustentáveis com foco local.

Para Mafra e Silva (2004, p. 5), “o objetivo primordial de qualquer política territorial é o desenvolvimento, no qual o crescimento assume importância essencial e instrumental. Em termos de metodologia das políticas, o desenvolvimento será um fim, o crescimento um meio”. Desta forma, qualquer política de planejamento do território deve ser formada a partir de diferentes concepções, partindo consecutivamente daqueles que utilizam o território em questão. Necessita-se priorizar políticas de planejamento do território que visem uma abordagem integrada buscando a utilização racional dos recursos.

Neste sentido, a teoria da GIT traz como princípios a interconexão entre a economia, o ambiente e a sociedade, acarretando ainda em seu bojo como tema transversal a cultura (BATISTA, 2012). Ele alega ainda que a interconexão entre estes quatro rudimentos “impõe que o território seja trazido para dentro da sustentabilidade como a célula que congrega todos os quatro elementos, em que tudo se processa, em que a realidade se impõe como uma” (BATISTA, 2012, p. 10). Assim, GIT é:

a Gestão Integrada do Território integra os objetivos do planejamento e ordenamento desenvolvidos ao longo do século XX, mas procura uma visão integradora das dinâmicas sociais no território, nas suas vertentes social, econômica e ambiental. Essa visão é tornada possível pela integração das ações de intervenção no território (espaço) no fluxo temporal e criando estruturas e mecanismos de governança participada. A implementação da gestão integrada parte da elaboração de diagnósticos, mas neles busca evidenciar não essencialmente problemas a resolver, e sim dilemas a superar, construindo cenários de futuro (prospectiva) e promovendo escolhas participadas (apoiadas em estruturas flexíveis) e conscientes (formação de capital humano) (OOSTERBEEK, 2012 p. 35).

Perante o exposto, a GIT refere-se ao conceito de governança de um local, buscando compreender a articulação entre fenômenos sociais, ambientais, econômicos e culturais sobre um território, tendo o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de programas e ações integradas que respondam às demandas locais (MOTA; NUNES, 2015). Ainda para os autores (2015, p. 183), a GIT:

é um novo modelo de gestão sobre o território, através de um conjunto de ferramentas que promove a diversidade e a integração cultural ao equilíbrio da geração de riquezas, manutenção dos recursos natural e qualidade de vida para a população partindo da identificação dos dilemas que cruzam a busca de soluções para o território e as comunidades.

Retomando Oosterbeek (2012), a GIT não pretende operar uma ruptura ou promover uma descontinuidade com os instrumentos de ordenamento territorial já existentes, mas busca incorporar e reformatar práticas já existentes com o objetivo de transformação das realidades locais trabalhando a partir da integração ampliada dos territórios envolvidos. Segundo o autor, a implementação de estratégias de desenvolvimento territorial e políticas públicas decorrem necessariamente da pluralidade das paisagens que se vislumbram no território. Neste sentido, o planejamento territorial de uma área, aqui tratando-se de territórios de Geoparques, deve estar condicionado a atender as formas de paisagens apresentadas em seus territórios.

A GIT versa sobre uma metodologia que inclui e valoriza a vocação natural da região (MOTA; NUNES, 2015), neste caso, as políticas desenvolvidas e defendidas pela GIT se interligam com territórios de Geoparques. Isto posto, é a partir das formações geológicas e feições geomorfológicas destes locais que o planejamento se desenvolve atrelado ao objetivo primordial de um Geoparque – a promoção da geoconservação – em que, não obstante, o envolvimento das comunidades também se torna fator determinante para o sucesso destes territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

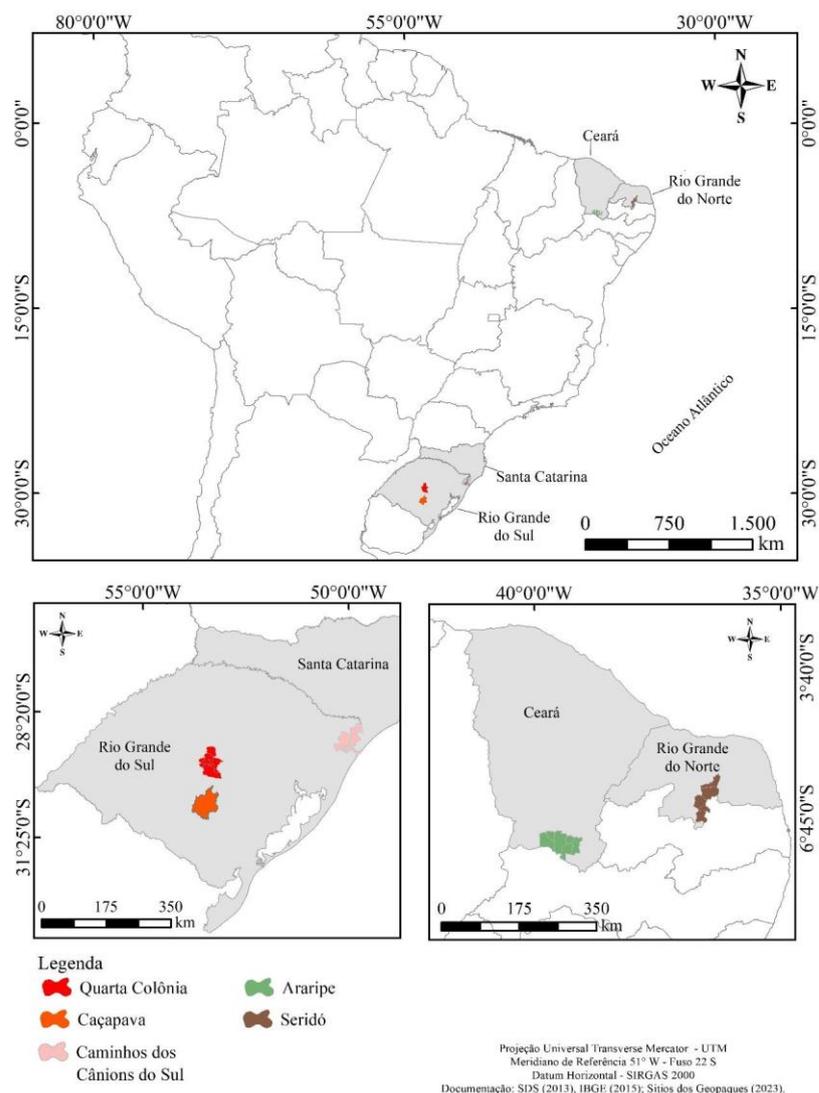
Os Geoparques no Brasil

No caso do Brasil, as discussões acerca destes territórios se iniciam a partir do ano de 2000, especificamente nos congressos de geologia (NASCIMENTO et al., 2022a). A ampliação do tema nacionalmente se deu pela chancela do Geoparque Araripe em 2006, se constituindo como o primeiro do Brasil, da América Latina e do Hemisfério Sul do planeta Terra. No mesmo ano foi lançado o “Projeto Geoparques”, criado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Segundo Schobbenhaus e Silva (2012), este projeto apresenta um importante papel indutor na criação de Geoparques no Brasil, uma vez que esse projeto possui como premissa básica a identificação, levantamento, descrição, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros Geoparques no território nacional. Este papel indutor se dá principalmente pela inventariação e quantificação dos geossítios em território nacional.

Os autores ainda comentam que o Brasil possui enorme potencial em seu território para criação de Geoparques devido sua extensão territorial e sua rica geodiversidade.

O trabalho realizado pelo CPRM culminou na proposta inicial de 17 territórios com potencial para se tornarem Geoparques no Brasil. Porém, o relatório completo apresenta quase o dobro, 31 potencialidades para tal categorização. Das 17 propostas inicialmente realizadas pelo CPRM, três vieram a se tornar de fato territórios reconhecidos pela UNESCO, conforme já citado: o Araripe (2006), o Seridó e o Caminhos dos Cânions do Sul (2022), além do Caçapava e o Quarta Colônia (2023). Na Figura 1 é possível visualizar a distribuição geográfica dos Geoparques no Brasil, e no Quadro 1 se apresentam algumas características destes territórios.

Figura 1 - Mapa de localização dos Geoparques da UNESCO no Brasil



Fonte: Elaborado a partir de GMUA, 2019; GCCS, 2019a; GS, 2019; GQC, 2021 e GC, 2021.

Algumas características comuns podem ser observadas entre os territórios de Geoparques no Brasil, como por exemplo a delimitação territorial. Nota-se que todos os Geoparques são formados pelos limites políticos de municípios integrantes de um ou mais estados. Até o momento, nenhuma área no Brasil extrapola os limites políticos. Essa é uma recomendação do próprio Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO, que estabelece que estes territórios devem ter limites bem definidos. Assim, sobrepor os limites políticos dos municípios ao dos Geoparques é proveitoso de forma

ambivalente. Com exceção do Caçapava Geoparque Mundial da UNESCO, que é formado apenas por um único município, os outros territórios são formados por uma média de sete municípios⁷.

Quadro 1 - Características dos Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil

Geoparques	Ano de designação	Localização		Área (km ²)	Habitantes
		Estados	Nº de municípios		
Araripe	2006	Ceará	6	3.441	542.929
Caminhos dos Cânions do Sul	2022	Divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul	7 4 em SC e 3 no RS	2.830	79.040
Seridó	2022	Rio Grande do Norte	6	2.802	112.740
Caçapava	2023	Rio Grande do Sul	1	3.047	32.447
Quarta Colônia	2023	Rio Grande do Sul	9	2.923	57.642

Legenda: A população estimada foi realizada conforme Censo (IBGE, 2022a).

Fonte: Elaborado a partir de GMUA, 2019; GCCS, 2019a; GS, 2019; GQC, 2021 e GC, 2021.

Outra característica é o caráter interiorano dos municípios integrantes dos Geoparques. Observa-se que, apenas com exceção dos municípios do Crato (130.898 habitantes) e Juazeiro do Norte (269.435 habitantes), ambos no Araripe Geoparque Mundial da UNESCO, todos os demais municípios contam com menos de 100 mil habitantes (IBGE, 2022a).

Observa-se no projeto elaborado pelo CPRM uma distribuição geográfica muito equitativa dos projetos de Geoparques pelo Brasil. Porém, os territórios chancelados até o momento se concentram no Sul e Nordeste do país. Destaca-se que as regiões Sudeste e Centro-Oeste podem ser contempladas com territórios chancelados no futuro, uma vez que dois projetos, o Geoparque Aspirante Uberaba - Terra de Gigantes (Sudeste) e o Geoparque Aspirante Chapada dos Guimarães (Centro-Oeste) foram avaliados neste ano, com a aprovação do Geoparque Aspirante Uberaba - Terra de Gigantes pelo Conselho de Geoparques Mundiais.

Segundo Nascimento et al. (2022b), existem, além destes aspirantes já com candidatura submetida, mais 29 projetos em diferentes fases de criação. A região Nordeste é a que possui o maior número de projetos no Brasil (16), seguida da região Sul (6) e das regiões Centro-Oeste e Sudeste (5 cada); a região Norte é a que apresenta menor número de projetos (2).

O Brasil é um país com dimensão continental (IBGE, 2022b), com rica geodiversidade (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012) e com grande potencial para a criação e manutenção de territórios de Geoparques. Estas formas de gestão territorial podem, no futuro próximo, auxiliar no processo de desenvolvimento territorial do país.

Formas de gestão aplicadas aos Geoparques no Brasil

Em termos específicos de gestão, os Geoparques Mundiais da UNESCO são administrados a partir de um organismo legal e reconhecido pela legislação vigente no seu país de implementação. Segundo Nascimento et al. (2022b, p. 44) "Esse órgão de gestão deve estar adequadamente equipado para atender toda a área e deve incluir todos os atores e autoridades locais e regionais relevantes".

A estrutura organizacional de um Geoparque pode ser variada, porém recomenda-se, segundo o Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO, que a gestão deva respeitar um preceito básico

⁷ É interessante observar aqui a indissociabilidade entre a Geografia Física e a Geografia Humana, em que se parte da conservação e proteção do geopatrimônio com instâncias administrativas do estado (municípios). Percebe-se que a proteção do geopatrimônio depende de pôr fim do meio político administrativo. Nas palavras de Lave et al., (2013), é necessário constituir-se de uma geografia física crítica para o melhor entendimento das relações entre a sociedade e o ambiente.

estabelecido, a gestão *bottom-up*, ou seja, uma gestão que busca administrar um território a partir do diálogo com as comunidades integrantes, não deixando a tomada de decisões amparadas exclusivamente nos gestores; este modelo de gestão é altamente difundido nos Geoparques da Europa (BRIGGS; NEWSOME; DOWLING, 2022). Não há pela UNESCO nem pela GGN uma estrutura de gestão prescrita para que os seus membros sigam, porém há um requisito legal, que está em torno da criação de um grupo de gestão legalmente constituído. Segundo a UNESCO (2022):

os Geoparques Mundiais exigem um plano de gestão, acordado por todos os parceiros, que atenda às necessidades sociais e econômicas das populações locais, proteja a paisagem em que vivem e conserve sua identidade cultural. Esse plano deve ser abrangente, incorporando a governança, desenvolvimento, comunicação, proteção, infraestrutura, finanças e parcerias.

Há algumas formas legais de se organizar a gestão de um Geoparque. Nascimento et al. (2022b) elencam algumas modalidades:

- Agência de Desenvolvimento;
- Associação;
- Comitê Gestor;
- Conselho;
- Consórcio;
- Cooperativa;
- Empresa;
- Fórum;
- Fundação;
- Instituição de Ensino e Pesquisa, Centro ou Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento;
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- Sindicato.

Especificamente, os cinco Geoparques chancelados no Brasil adotam formas distintas de organização e gestão, como exemplificado no Quadro 2. Os organogramas de gestão dos Geoparques no Brasil adquiridos em seus planos de gestão e/ou dossiês de aplicação se encontram nas Figuras 2, 3, 4, 5 e 6.

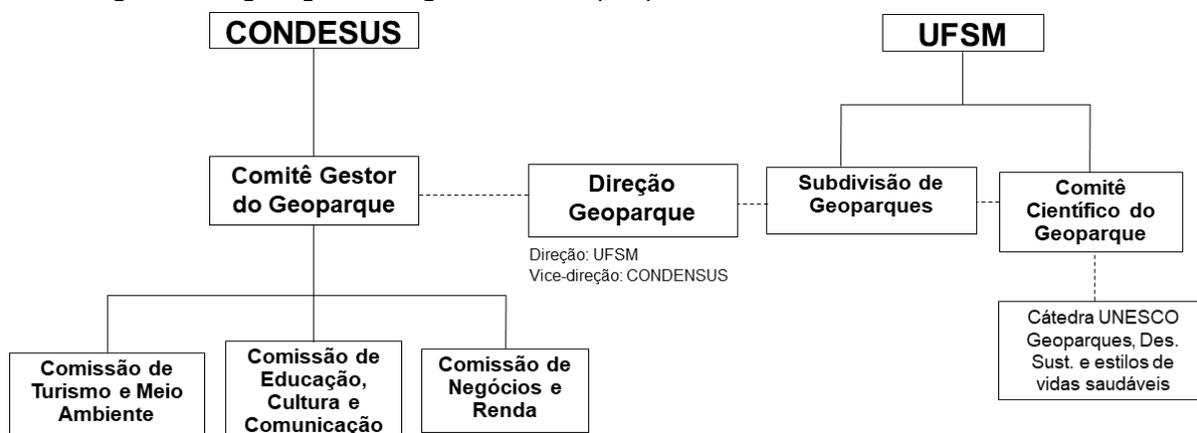
Quadro 2 - Formas de gestão e estrutura de governança nos Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil

Geoparques	Ano de designação	Formas de Gestão	Estrutura de governança
Araripe	2006	Instituição de ensino e pesquisa (Universidade Regional do Cariri – URCA)	URCA (Reitoria); Superintendência (Vice-reitoria); Comitê Científico; Conselho consultivo; Diretoria Executiva; Equipe técnica (Comunicação, geoconservação, desenvolvimento territorial sustentável e geoturismo, geoeeducação e geocultura) Colaboradores (estagiários de apoio técnico); Direção do Museu de Santana do Cariri (não subordinada)
Caminhos dos Cânions do Sul	2022	Consórcio Público Intermunicipal Cânions do Sul	Assembleia Geral; Conselho de Administração;

		entre sete municípios (em 2 Unidades da Federação).	Conselho Fiscal; Diretoria Executiva; Coordenação da equipe técnica; Equipe Técnica e seus eixos; (educação, geoconservação, desenvolvimento econômico, turismo, comunicação e grupos de trabalho) Comitê Educativo e Científico; Conselho intermunicipal de Desenvolvimento Regional
Seridó	2022	Consórcio Público Intermunicipal Geoparque Seridó Entre seis municípios	Conselho Administrativo (formado pelos 6 prefeitos do Consórcio); Diretoria e Secretaria executiva; Geocientista, Assessoria Jurídica; Assessoria Contábil; Coordenadoria Científica; Coordenadoria de Marketing e Divulgação.
Caçapava	2023	Administração municipal (Prefeitura)	Prefeitura Municipal (Coordenadoria municipal do Geoparque Caçapava) Com 10 membros (5 do poder público e 5 da comunidade) Secretaria de cultura e turismo (Comitê gestor municipal)
Quarta Colônia	2023	Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) que reúne 9 municípios e Instituição de ensino e pesquisa (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM)	Comitê Gestor (8 membros) Comitê Científico; Direção Geral do Geoparque Comissões temáticas (Educação, cultura e comunicação; Negócios e Renda Turismo e Meio ambiente)

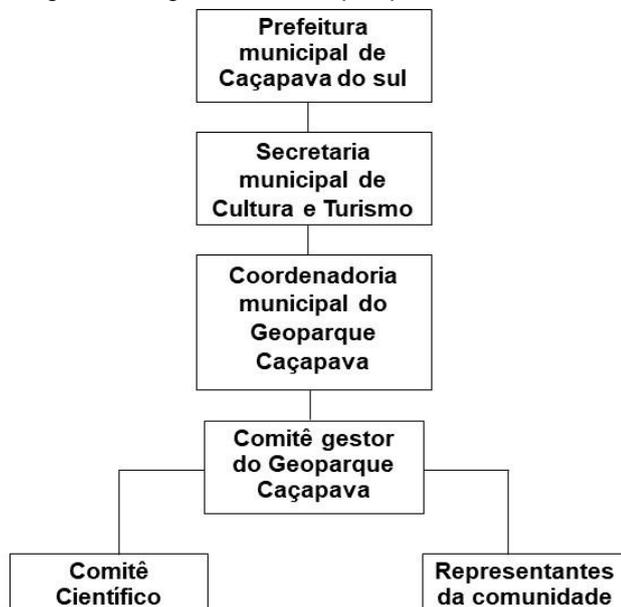
Fonte: autores (2023).

Figura 2 - Organograma de gestão do Geoparque Mundial da UNESCO Quarta Colônia



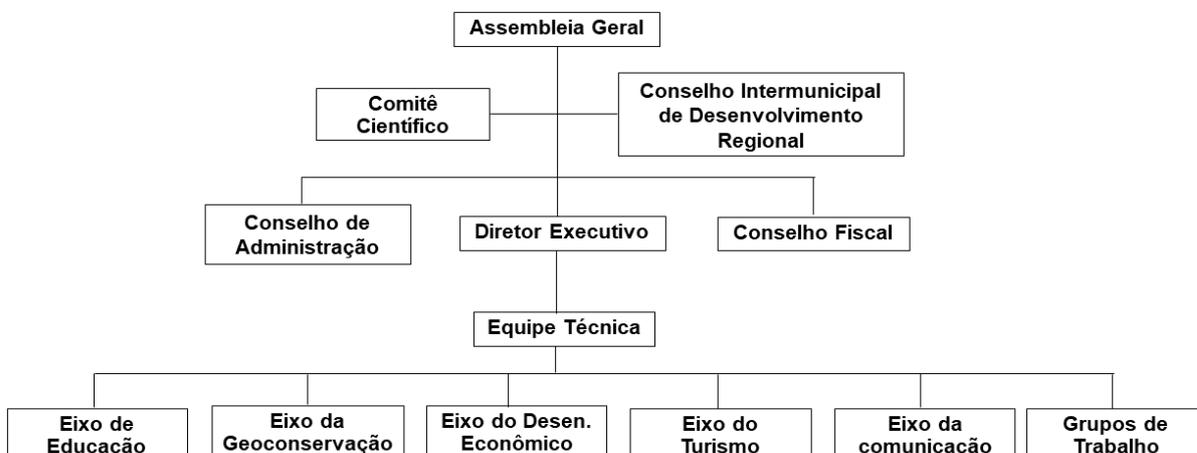
Fonte: Elaborado a partir de GQC (2023).

Figura 3 - Organograma de gestão do Geoparque Mundial da UNESCO Caçapava



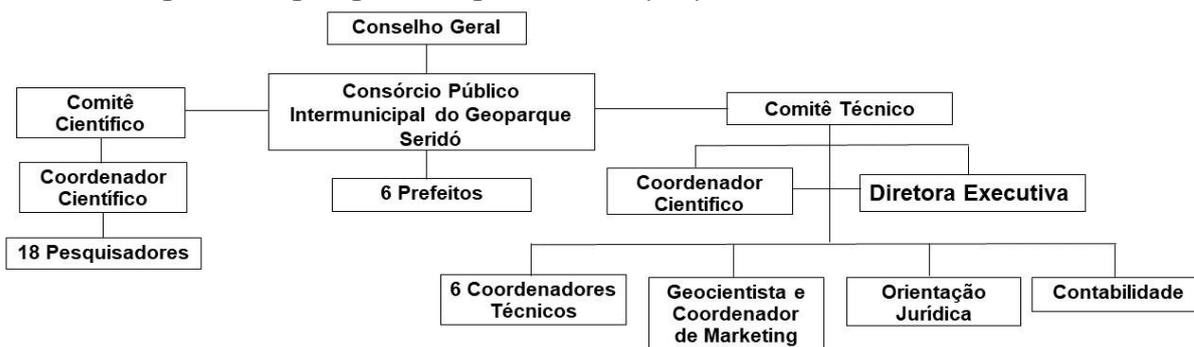
Fonte: Elaborado a partir de GC (2023).

Figura 4 - Organograma de gestão do Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul



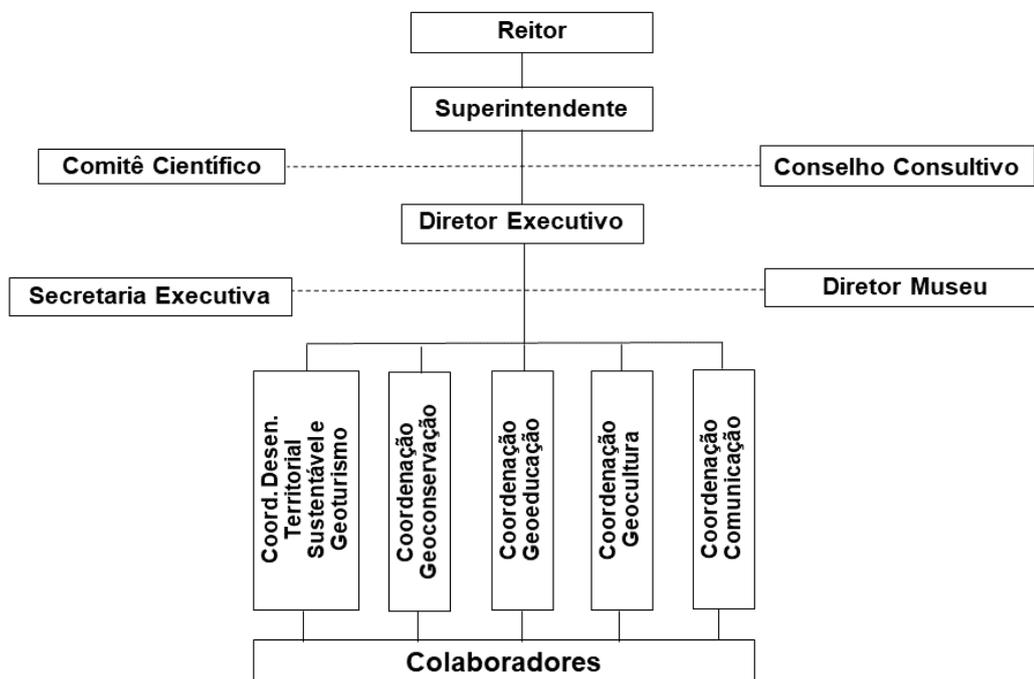
Fonte: Elaborado a partir de GCCS (2019b).

Figura 5 - Organograma de gestão do Geoparque Mundial da UNESCO Seridó



Fonte: Elaborado a partir de GS (2023).

Figura 6 - Organograma de gestão do Geoparque Mundial da UNESCO Araripe



Fonte: Elaborado a partir de GMUA (2019).

Embora haja uma variedade de formas apontadas a nível mundial para organizar a gestão de Geoparques, observa-se em comum entre as formas de governança dos territórios de Geoparques no Brasil uma aproximação com o modelo de Consórcios Públicos Intermunicipais, ou, no caso do Caçapava Geoparque Mundial da UNESCO, com apenas um município. Segundo Nascimento et al. (2022b, p. 51), este tipo de gestão tem “gerado efeitos positivos, possibilitando a participação efetiva de entes na esfera da administração pública, garantindo maior integração na gestão territorial e continuidade no fomento das políticas públicas e atividades programadas que são realizadas nos territórios”.

No caso específico do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (GCCS), o próprio documento de planejamento estratégico confeccionado em 2019 explana sobre este tipo de gestão adotada.

A escolha pelo Consórcio para a gestão do território foi a alternativa de fortalecimento e integração dos governos locais encontrada, à luz da Constituição Federal, como estratégia para o desenvolvimento, oportunizando planejamento, implementação e gestão compartilhada de políticas públicas (GCCS, 2019b, p. 5).

Nascimento et al. (2022b) apontam a adoção deste modelo como uma possibilidade de destinação e compartilhamento dos recursos financeiros para o território, uma vez que há o rateio entre os municípios para a manutenção do Geoparque, assim como possibilita o recebimento de emendas parlamentares e patrocínios para angariar recursos.

Como já comentado anteriormente, o conceito de Geoparque é dinâmico e adaptativo, ele se integra facilmente a um território, assim como sua forma de gestão se apresenta variada. Apesar da maior parte dos territórios chancelados no Brasil utilizarem como forma básica de gestão o modelo de consórcio entre municípios, nota-se em seus planos estratégicos e dossiês de candidatura que a estrutura interna destes Geoparques é variada.

Há em comum entre os territórios no Brasil a consolidação de organismos de organização geral (assembleia geral ou conselhos administrativos) e uma forte equipe técnica atuando nestes territórios, focando seus trabalhos nos eixos estruturantes de Geoparques (educação, conservação e turismo). Nota-se também um estreito laço com o meio acadêmico/científico, uma vez que três dos cinco Geoparques são administrados ou coadministrados (não seriam administrados, mas sim apoiados por universidades) por universidades públicas. Não obstante, os outros dois territórios, apesar de não serem diretamente administrados ou coadministrados por universidades, apresentam parcerias com instituições públicas e privadas da região

onde estão inseridos. É o caso do Caminho dos Cânions do sul Geoparque, que possui convênio de pesquisa com a UNESCO (instituição de parte dos autores da pesquisa), UFRGS, UDESC e SATC⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou, a partir da análise da literatura, corroborar com o amadurecimento da conceituação do termo Geoparque implementado no Brasil, buscando esclarecer o que estes territórios objetivam com sua criação e implementação em uma região. Buscou-se deixar claro que estes territórios não são áreas protegidas e que não restringem o uso do território para fins econômicos, pelo contrário, estes territórios buscam equilibrar a coexistência da conservação do ambiente com foco na geoconservação aliado ao desenvolvimento econômico local.

Para contribuir com a análise das formas de gestão que estão sendo aplicadas nos cinco territórios de Geoparques mundiais da UNESCO chancelados no Brasil até o momento, utilizou-se dos princípios orientados pela teoria da GIT. Por fim, observou-se que os territórios brasileiros compartilham formas de gestão territorial em comum, com destaque para os Consórcios Públicos Intermunicipais, assim como estratégias de gestão a partir da consolidação de assembleias gerais ou conselhos administrativos. Também se destaca como resultado uma característica comum entre os territórios, o caráter interiorano dos municípios integrantes. Isso representa uma possibilidade de desenvolvimento regional aplicada em caráter regional, seguindo as recomendações da UNESCO de se integrar uma forma de gestão territorial de cima para baixo.

Traçando aqui perspectivas futuras, vislumbra-se que no contexto atual está se desenhando no Brasil, a partir do ano de 2023, a criação e consolidação da Rede Brasileira de Geoparques Mundiais da UNESCO, afirmação vislumbrada a partir do acontecimento do primeiro "Encontro Brasileiro de Geoparques Mundiais da Unesco", que ocorreu na UFSM, dentro do evento intitulado "IV Encontro Luso-Brasileiro de Patrimônio Geológico e Geoconservação". Neste encontro deu-se a criação da Rede Brasileira de Geoparques Mundiais da UNESCO, contando inicialmente com os cinco membros já designados pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO.

Na ocasião foi retificada a Carta de Santa Maria, qual tem por objetivo principal "articular os Geoparques Mundiais da Unesco no Brasil, Projetos e Aspirantes no que se refere a suas demandas e necessidades junto as demais entidades nacionais e internacionais". Este documento marca o início da articulação dos Geoparques chancelados no Brasil até o presente momento, rede que terá periodicidade anual de coordenação, e o primeiro território a exercer será o Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO (AGeoBR, 2023). Ressalta-se que os cinco territórios já reconhecidos no Brasil fazem parte da GGN e da rede regional de Geoparques da América Latina e do Caribe.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pela bolsa de doutoramento (CP48/2021) concedida ao primeiro autor. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida ao terceiro e quarto autores. Os autores agradecem aos avaliadores da Revista Caminhos de Geografia pelas contribuições para melhoria do artigo.

REFERÊNCIAS

ABREU, I.S. Holismo e proteção do meio ambiente com vistas a manutenção do equilíbrio ecológico: uma análise a partir do conceito de justiça em aristóteles. **Derecho y Cambio Social**, v. 31, n. 13, p. 1-11, 2013. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista031/HOLISMO_E_PROTE%3%87%3%83O_DO_M EIO_AMBIENTE.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

⁸ Universidade do Extremo Sul Catarinense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade do Estado de Santa Catarina e Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina.

AGEOBR, Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro -. **21º Boletim Mensal**: Geoparques do Brasil. Julho de 2023. 2023. Disponível em: <https://www.ageobr.org/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ANASTÁCIO, R.F.; OOSTERBEEK, L.; ROSINA, P. Gestão Integrada do Território e do patrimônio: a importância dos Sistemas de Informação Geográfica. **Sêmata**, Ciências Sociais e Humanidades. v. 27. p. 221-238. 2015.

BATISTA, E. Prefácio. In: SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (Org.). **Gestão Integrada do Território**. Economia, Sociedade, Ambiente, Cultura. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2012. Disponível em: Disponível em: https://governancaja.com.br/wp-content/uploads/2020/01/GITportugues_Compressed.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

BOGGIANI, P.C. A aplicação do conceito de Geoparque da UNESCO no Brasil e relação com o SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica Patrimônio Geológico e Cultura**, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.geoturismobrasil.com/001%20-%20revista.html>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BORRINI-FEYERABEND, G.; DUDLEY, N.; JAEGER, T. LASSEN, B.; BROOME, N.P.; PHILLIPS, A.; SANDWICH, T. **Governance of protected areas**: from understanding to action. Gland: International Union for Conservation of Nature. 2013. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRIGGS, A.; NEWSOME, D.; DOWLING, R. A proposed governance model for the adoption of geoparks in Australia. **International Journal of Geoheritage and Parks**, v. 10, n. 1, p. 160-172, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ijgeop.2021.12.001>

BRILHA, J. Rede Global de Geoparques Nacionais: Um instrumento para a promoção Internacional da Geoconservação. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. J. (org). **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. v. 1, p. 29-38. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/1209>. Acesso em: 29 fev. 2023.

CARVALHO, M.J.R.P **Geoparque da Floresta Petrificada de Lesvos (Grécia)**: balanço de 10 anos de atividades no Patrimônio Geológico e na Comunidade Local. 2013. 259 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Geológico e Geoconservação), Universidade do Minho, Minho, 2013. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27905>. Acesso em: 4 fev. 2023.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

COSTA, Ê.R.P. **Geoparque aspirante Seridó/RN e o processo de desenvolvimento local**. 2021. 183 f. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32668>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CROFTS, R.; GORDON, J.E.; BRILHA, J.; GRAY, M.; GUNN, J.; LARWOOD, J.; SANTUCCI, V.; TORMEY, D.; WORBOYS, G.L. **Guidelines for geoconservation in protected and conserved areas**. IUCN, [s.l.], p. 1-160, 23 nov. 2020. IUCN, International Union for Conservation of Nature. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2020.PAG.31.en>

EDER, W. UNESCO GEOPARKS - A new initiative for protection and sustainable development of the Earth's heritage. **Neues Jahrbuch Für Geologie Und Paläontologie**, Abhandlungen, v. 214, n. 1-2, p. 353-358, 1999. <https://doi.org/10.1127/njgpa/214/1999/353>

FIGUEIRÓ, A.S. *et al.* **Quarta Colônia aspiring Geopark**: territory and heritage. Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2022. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/arqs/109361093562.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FLEIG, R.; NASCIMENTO, I.B. do; VALDATI, J. Geoparques: desenvolvimento sustentável e agenda 2030. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 42, p. 1-18, 2022 <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2022.193925>

GARCIA, M.G.; NASCIMENTO, M.A.L.; MANSUR, K.L.; PEREIRA, R.H.F.A. Geoconservation strategies framework in Brazil: current status from the analysis of representative case studies. **Environmental Science & Policy**, v. 128, p. 194-207, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2021.11.006>

GC - Geoparque Aspirante Caçapava. **Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial da UNESCO**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://geoparquecaçapava.com.br/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

GC - Geoparque Mundial da Unesco Caçapava -. **EQUIPE**: organograma. Organograma. 2023. Disponível em: <https://geoparquecacapava.com.br/equipe>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GCCS - Geoparque Aspirante Caminhos dos Cânions do Sul. **Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial da UNESCO**. Brasil, 2019a. Disponível em: <https://canionsdosul.org/institucional/#CON>. Acesso em: 22 jan. 2023.

GCCS - Geoparque mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul. **Planejamento Estratégico 2019-2023**. Florianópolis, 2019b. Disponível em <https://canionsdosul.org/institucional/#CON>. Acesso em: 19 fev. 2023.

GGN - Global Geoparks Network -. **Global Geoparks Network**: celebrating earth heritage sustaining local communities. 4. ed. Atenas: UNESCO, 2021.

GGN - Global Geoparks Network. **Geopark Map-Global Network of National Geoparks**. 2023. Disponível em: <http://www.globalgeopark.org/GeoparkMap/index.htm>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 159 p.

GMUA - Geoparque mundial da UNESCO Araripe. **Planejamento Estratégico 2019-2022**. Crato, 2019. Disponível em <http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/2022/01/GEOPARK-Araripe.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

GQC - Geoparque Aspirante Quarta Colônia. **Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial da UNESCO**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/biblioteca/dossie>. Acesso em 24 jan. 2023

GQC - Geoparque Mundial da UNESCO Quarta Colônia. **Governança**: organograma da quarta colônia geoparque mundial da UNESCO. Organograma do Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO. 2023. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/geoparque/geoparque-quarta-colonia/governanca>. Acesso em: 08 jan. 2023.

GRAY, M.; CROFTS, R. The potential role of the geosciences in contributing to the UN's Sustainable Development Goals. **Parks Stewardship Forum**, v. 38, n. 1, p. 64-74, 2022. <https://doi.org/10.5070/P538156120>

GS - Geoparque Aspirante Seridó. **Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial da UNESCO**. Brasil, 2019. Disponível em: http://geoparqueserido.com.br/?page_id=8414 Acesso em: 25 jan. 2023

GS - Geoparque Mundial da Unesco Seridó - **Estrutura de Governança**: organograma geral do consórcio público intermunicipal geoparque Seridó. Organograma geral do Consórcio Público Intermunicipal Geoparque Seridó. 2023. Disponível em: http://geoparqueserido.com.br/?page_id=9578. Acesso em: 07 jan. 2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, [s.l.], v. 9, n. 17, p. 19-45, 8 fev. 2007. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF. <https://doi.org/10.22409/GEoграфия2007.v9i17.a13531>

HENRIQUES, M.H.; BRILHA, J. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. **Episodes**, v. 40, n. 4, p. 349-355, 2017. <https://doi.org/10.18814/epiugs/2017/v40i4/017036>

HERRERA-FRANCO, G.; MONTALVÁN-BURBANO, N.; CARRIÓN-MERO, P.; JAYA-MONTALVO, M.; GURUMENDI-NORIEGA, M. Worldwide Research on Geoparks through Bibliometric Analysis. **Sustainability**, v. 13, n. 3, p. 1175-1207, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13031175>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**: prévia da população. Prévia da População. 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads>. Acesso em: 04 fev. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais**. 2022b. Diretoria de Geociências Coordenação de Estruturas Territoriais. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101998>. Acesso em: 12 fev. 2023

JONES, C. History of Geoparks. **Geological Society, London, Special Publications**, v. 300, n. 1, p. 273-277, 2008. <https://doi.org/10.1144/SP300.21>

- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001. 288 p.
- LAVE, R.; WILSON, M.W.; BARRON, E.S.; BIERMANN, C.; CAREY, M.A.; DUVALL, C.S.; JOHNSON, L.; LANE, K.M.; MCCLINTOCK, N.; MUNROE, D. Intervention: critical physical geography. **The Canadian Geographer**, v. 58, n. 1, p. 1-10, 2013. <https://doi.org/10.1111/cag.12061>
- MAFRA, F.; SILVA, J. Amado da. **Planejamento e gestão do território**. Porto/Portugal: Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), 2004. Disponível em: https://www.spi.pt/documents/books/inovacao_autarquia/docs/Manual_X.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.
- MANZONI NETO, A. **O novo planejamento territorial: empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e o uso do território brasileiro**. 2007. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/419602>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021
- MARTINI, G.; ZOUROS, N.; ZHANG, J.; JIN, X.; KOMOO, I.; BORDER, M.; WATANABE, M.; FREY, M.L.; RANGNES, K.; VAN, T.T. UNESCO Global Geoparks in the: a multiplegoals roadmap proposal for future discussion. **Episodes**, v. 45, n. 1, p. 29-35, 2022. <https://doi.org/10.18814/epiiugs/2021/021002>
- MC KEEVER, P.J.; ZOUROS, N. Geoparks: celebrating earth heritage, sustaining local communities. **Episodes**, v. 28, n. 4, p. 274-278, 2005. <https://doi.org/10.18814/epiiugs/2005/v28i4/006>
- MOTTA, H.A.; NUNES, M.A.C. GIT - gestão integrada de território na região do Conorte: implementação do projeto espírito santo sem lixo. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 181-193, 2015. <https://doi.org/10.5902/2236117017570>
- NASCIMENTO, M.A.L. et al. **Geoparques: contexto, origem e perspectivas no Brasil**. Documento técnico, produto 1. Projeto 914BRZ4024. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/manual-de-desenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- NASCIMENTO, M.A.L. et al. **Geoparques: Diretrizes para o desenvolvimento dos pilares estruturantes dos Geoparques: Patrimônio Geológico, Gestão, Visibilidade e Trabalho em Rede**. Documento técnico, produto 2. Projeto 914BRZ4024. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/manual-de-desenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- NASCIMENTO, M.A.L. **Curso de Práticas em Geoturismo no geoparque Seridó**. Apresentação do Power Point. Slide 3. Territórios de Geoparques mundiais da UNESCO. 2023. Disponível em: de <https://cursos.doity.com.br/praticasgeoturismo01/aulas>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- NASCIMENTO, M.A.L.; GOMES, C.S.C.D.; BRITO, A.S.S. Geoparque como forma de gestão territorial interdisciplinar apoiada no geoturismo: o caso do projeto geoparque Seridó. **Revista Brasileira de Ecoturismo (Rbecotur)**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 347-364, 24 maio 2015. Universidade Federal de São Paulo. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2015.v8.6451>
- ONARY-ALVES, S.Y. et al. O conceito de geoparque no Brasil: reflexões, perspectivas e propostas de divulgação. **Terræ Didática**, v. 11, n. 2, p. 94-107, 2015. <https://doi.org/10.20396/td.v11i2.8640712>
- OOSTERBEEK, L. Princípios de Gestão Integrada do Território. In: SCHEUNEMANN, I. E; OOSTERBEEK, L. (org.). **Gestão Integrada do Território. Economia, Sociedade, Ambiente, Cultura**. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica, 2012. Disponível em: https://governancaja.com.br/wp-content/uploads/2020/01/GITportugues_Compressed.pdf Acesso em: 03 mar. 2023.
- ROCHA, L.C.; FERREIRA, A.C.; FIGUEIREDO, M.A. A Rede Global de Geoparques e os Desafios da Integração dos Geoparques Brasileiros. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 2, p. 271-292, 2017. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2017v27nesp2p271>
- ROSADO-GONZÁLEZ, E.M.; PALACIO-PRIETO, J.L.; SÁ, A.A. Geotourism in Latin America and Caribbean UNESCO Global Geoparks: contribution for sustainable development

goals. **Technological Progress, Inequality and Entrepreneurship**, p. 107-121, 2019. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-26245-7_7

SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. O papel do Serviço Geológico do Brasil na criação de Geoparques e na conservação do patrimônio Geológico. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. (eds.), **Geoparques do Brasil: propostas**. Rio de Janeiro: CPRM - Divisão de Editoração Geral, p. 11–29. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/1209> Acesso em: 24 mar. 2023.

SHENG, Y.K. **What is good governance?**, United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, Bangkok, Thailand (2021). Disponível em: <https://www.unescap.org/sites/default/files/good-governance.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SOUZA, L. **Gestão integrada do território e gestão pública: um estudo interdisciplinar do programa nacional de promoção da cidadania e da diversidade cultural: cultura viva**. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_856308761b01f439f695459e5edfd22d. Acesso em: 14 nov. 2022.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M.L. **Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política**. Editora Bertrand Brasil, 2019.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura **Statutes of the International Geoscience and Geoparks Programme (IGGP)**. 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260675>. Acesso em: 25 fev. 2023

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **UNESCO Global Geoparks: celebrating earth heritage, sustaining local communities**. Paris: Division of Ecological and Earth Sciences. 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243650>. Acesso em: 14 mar. 2023

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Características fundamentais dos geoparques para um Geoparque Global da UNESCO**. 2022. Disponível em: <https://en.unesco.org/global-geoparks/focus>. Acesso em: 13 jan. 2023

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Geociências e Geoparques Mundiais da UNESCO**. 2023. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/earth-science-geoparks>. Acesso em: 08 abr. 2023.

ZOUROS, N. The European Geoparks Network - Geological heritage protection and local development. **Episodes**, [s.l.], v. 27, n. 3, p. 165-171, 1 set. 2004. International Union of Geological Sciences. <http://dx.doi.org/10.18814/epiiugs/2004/v27i3/002>.

ZOUROS N.; FREY; M.; MARTINI; G.; RANGES; K. Global Geoparks Network: from the voluntary network to the international association. In: EUROPEAN GEOPARKS CONFERENCE, 2015. Rokua Geopark – Finlândia. **Book of Abstracts**. 2015. Disponível em: http://www.globalgeopark.org/UploadFiles/2022_6_7/Book-of-Abstracts-EGN-conference-2015.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

ZOUROS, N. Global Geoparks Network and the new UNESCO Global Geoparks Programme. **Bulletin of the Geological Society of Greece**, v. 50, n. 1, p. 284, 27 jul. 2016. National Documentation Centre (EKT). <https://doi.org/10.12681/bgsq.11729>

Recebido em: 26/09/2023

Aceito para publicação em: 31/01/2024